

# Alfabetização, Escrita E Leitura:

Lugares (Não) Escondidos na História

**Dennys Dikson<sup>1</sup>**

## **Resumo:**

---

Neste artigo procuramos expor alguns aspectos pontuais e relevantes da história da Alfabetização, da Escrita e da Leitura. Essa viagem no tempo é discutida e moldada de forma sucinta e objetiva, tendo como ponto de partida a abordagem que o clássico “Alfabetização e Leitura”, de José Juvêncio Barbosa, constrói sobre o assunto. Além da História, também são postas em relevo algumas críticas acerca dos acontecimentos marginais e sociais que englobam os temas em destaque.

**Palavras-chave:** Escrita. Leitura. Era da alfabetização. História leitura-escrita. (R)Evolução da educação.

## **Abstract:**

---

In this paper, we expose some specific and relevant aspects of the history of Literacy, Writing and Reading. This time travel is discussed and framed succinctly and objectively, taking as a starting point to approach the classic “Alfabetização e Leitura” by José Barbosa Juvêncio, builds on the matter. Besides history, are also brought into relief some criticism about the social and fringe events that encompass the themes highlighted.

**Keywords:** Writing. Reading. Age of literacy. Reading and writing history. (R)Evolution of education.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), sob orientação do professor doutor Eduardo Calil, com auxílio pecuniário através de convênio Fapeal/Capes. Mestre em Linguística pela mesma Instituição. Membro-pesquisador-discente do Laboratório do Manuscrito Escolar (L'AME), sediado no PPGE-Ufal. Membro do grupo de pesquisa Escritura, Texto e Criação (ET&C; PPGE/Ufal). Professor Assistente da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns (UFRPE-UAG). dennys@uag.ufrpe.br.

Facilmente são encontrados, nos meios acadêmico e educacional, discursos carregados de críticas quando o assunto mira a História – muitas vezes política e econômica – que a *alfabetização*, a *escrita* e a *leitura* produziram para a humanidade. Infelizmente, muitas dessas discussões são expostas apenas como expressão da indignação pessoal, ante a situação educacional herdada não ser tão boa, pois estamos insertos num verdadeiro desarranjo educacional – a educação do nosso país, isso é notório (e vergonhoso), ainda necessita, e urgente, de melhorias.

Pôr em relevo temas tão fortes, presentes e relevantes não é tarefa que, por mais conhecimento de causa que se tenha, seja simples. Além do mais que não se pode culpar os graves problemas da educação de hoje apenas criticando o que o desenvolvimento histórico da humanidade criou. Questões intrigantes, como as que aqui se tentam expor, se faz de uma importância bem-firme, haja vista que a *alfabetização*, a *escrita* e a *leitura* poucas vezes são mostradas numa visão/concepção histórica: omissão que priva os interessados no assunto – em especial o/a professor/a – de terem uma construção crítica maior do germe que desencadeou a situação que envolve nossas salas de aula.

É nesse sentido que este artigo tenta passear: colocar alguns aspectos pontuais dessa História em discussão, expondo fatos socioculturais que deram força ao surgimento dos temas em questão. As críticas serão construídas, especificamente, a partir do aparato histórico que o livro *Alfabetização e Leitura* (Barbosa, 1990) – texto este que não poderia ficar de fora dos cursos de formação de professores, mas fica –, faz sobre os assuntos.

É importante frisar que essa obra se trata de um escrito riquíssimo, no qual Barbosa (1990) fomenta contribuições em diversos assuntos – por exemplo: *analfabetismo, modalidades da escrita e da leitura, alfabetização, metodologias, pedagogia da tradição e ruptura, aprendizagem, etc.* –; contudo, aqui, por entendermos que para cada um destes caberia um artigo (ou uma tese), nosso foco será afunilado aos aspectos pontuais conforme posto no resumo em epígrafe.

## Alfabetização: uma História e uma nova era

Ano de 1789: sem sombra de dúvidas, marco da associação constante entre a alfabetização e a escola. É a Revolução Francesa que permite fazer com que a alfabetização comece a ser importante – e necessária –, sendo a escola o lócus que abraça essa harmonização que o comércio e a indústria estavam começando a solicitar.

Muito tempo já fluiu dessa parte histórica importantíssima, e, certamente “comemoramos (...) êxitos e fracassos que marcaram a trajetória da escola nos seus propósitos de garantir a todos indiscriminadamente, o acesso à cultura escrita” (Barbosa. 1990, p. 16); talvez mais fracassos do que êxitos, principalmente nos países mais pobres e nos em desenvolvimento – como é o caso do Brasil –, todavia, sem essa possibilidade que deu um ponto de partida para abrir as portas ao acesso à cultura, provavelmente nosso contexto atual se mostraria bem pior.

Essa associação entre alfabetização e escola, na verdade, iria se efetivar/concretizar quase um século depois, nos anos de 1880, quando da promulgação das leis fundamentais que estabeleceram escola gratuita, pública e obrigatória. A educação começa a ganhar importância e destaque como utopia da modernidade. Mortatti, a respeito da educação no final do século 19, afirma:

A escola, por sua vez, consolidou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado republicano, pautado pela necessidade de instauração de uma nova ordem política e social; e a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do “esclarecimento das massas iletradas” (2006, p. 1)

É justamente com a criação da escola republicana que a crença no lema *escolarizar para alfabetizar* toma força e se cristaliza. Antes, o ensinar a ler era de competência dos pais. Agora, a harmonização entre ler e escrever ganha forma e se impõe. Essa aprendizagem coletiva e simultânea dos rudimentos da leitura e escrita, nada mais é do que o que chamamos hoje em dia de processo de alfabetização. É bom saber, porém, que nem sempre foi assim.

Na realidade, essas duas aprendizagens – leitura e escrita – eram compreendidas de formas distintas, separadas e sucessivas no tempo. Esses métodos até então eram aplicáveis “à educação privada, individual, aplicada ao preceptor, precursor do pedagogo” (Barbosa, 1990, p. 16). Apenas as crianças que tinham pais com boas condições financeiras é que poderiam custear um preceptor para iniciá-las nos primeiros traços de letras, mas isso só ocorreria depois de longos anos na aprendizagem da leitura.

Como podemos apreender, tudo indica que a exclusão social, relativamente ao conhecimento e à cultura educacionais, não ocorre apenas em nossa atualidade. A impossibilidade de progressão ou ascensão social pelas crianças pobres, à época, parece que era mais contundente do que o acesso – pelo menos o acesso! – que hoje os discentes dispõem. Apenas os que detinham um bom patrimônio financeiro é que poderiam ver seus filhos crescerem aprendendo as artes da letra e da escrita.

## A busca do ler e escrever

A escola, agora com a Revolução Francesa, encontra-se sob o controle do poder público. A ideia estava direcionada para uniformizar o ensino e massificá-lo. O maior obstáculo para que isso pudesse ocorrer foi achar um método de trabalho que apenas um mestre pudesse ensinar a muitas crianças de maneira econômica, rápida e que produzisse resultados.

Para isso, buscou-se ajuda em outros países por meio de viagens. Recursos foram procurados na Alemanha, Holanda e Inglaterra. Deste último foi copiada uma forma que parece ter sido a melhor contribuição. Trata-se de um ensino monitoral, pelo qual as crianças mais adiantadas no processo auxiliavam o professor na tarefa de alfabetizar os demais alunos.

Se racionarmos com mais atenção não é difícil perceber que, a partir dessa forma de ensino, é provável que tenha nascido a ideologia do mérito pessoal, pois o monitor – o(s) aluno(s) que se destacava(m) – era tido sempre como o melhor da classe, o mais esforçado, o mais dedicado, e, conseqüentemente, se

sobressaía dos demais. É justamente essa forma de pensar que o dominante permeia em seu discurso sobre as relações sociais de classe no contexto em que vivemos: o trabalhador, ou o estudante, ou o pobre, ou o excluído, que tenha mais esforço pessoal e busque mais e mais trabalhar/estudar, terá muito mais “chances” sobre as outras pessoas, e seu êxito social se mostrará com uma boa possibilidade de se firmar. Ou seja, como naquela época, se se for o melhor da classe, haverá sucesso.

## A República com alfabetização

A exclusão social, que sempre esteve presente em todos os períodos em que a História da humanidade é conhecida, com a República ficou mais consistente e forte. Os indivíduos analfabetos precisavam ser excluídos, pois a crescente “indústria nascente, o sufrágio universal, a urbanização crescente, a necessidade de adoção de novos fatores propagados pela nova classe no poder, vieram demonstrar a urgência de garantir a todos o mínimo de instrução” (Barbosa, 1990, p. 19).

A garantia da estabilidade social estava com um parâmetro agora guiado por cidadãos que dominassem a leitura e a escrita, diante da situação emergente da modernização financeira. Era preciso alguém que fizesse gerar mais dinheiro para os que estavam no poder, e isso só poderia aparecer com escolas, para que todos tivessem acesso à “educação”.

Isso produziu uma reviravolta que imprimiu nas cabeças dos pais que o sucesso no âmbito social – ou melhor, do trabalho – só poderia ser alcançado com o ambiente escolar. Cresce a demanda pela educação. O que antes era algo dominado pela Igreja Católica e imperativo de fé, agora mostra-se como exigência social – passou-se de uma intenção religiosa, para uma carência do desenvolvimento financeiro-social e da alfabetização.

Ambos, sem dúvidas, apresentam um projeto político como pano de fundo para expandir suas intenções educacionais. A Reforma e a Contrarreforma, por um lado, transmitem que, sem Deus, sem a bíblia, não há salvação, sendo preciso ler e escrever; enquanto, por outro, fortalece-se a carência destes para aquilo que ainda é poderoso, comerciante, fortalecedor, financeiro: o Estado.

## A escrita na história

Indagar-se sobre o que seria a escrita é uma questão que, provavelmente, até uma criança que está se inserindo na escola poderia responder. Certamente, porém, explicar como a História humana fez a evolução da arte de escrever, e imaginar as transformações que os traços foram ganhando no decorrer do tempo, torna-se uma tarefa bem mais árdua.

A escrita surge pela primeira vez no mundo antigo, abarcada por um momento caracterizado pelo desenvolvimento de uma série de acontecimentos, o que podemos chamar de civilização. Ela – a escrita – advém, juntamente com a desenvoltura das artes, do governo, do comércio, da agricultura, dentre outros. Esse contexto socioeconômico e cultural, propulsor do desenvolvimento das civilizações, não poderia funcionar se não houvesse a escrita. Goelb, citado por Barbosa (1990, p. 34), assegura que “a escrita existe somente em uma civilização e uma civilização não poderia existir sem a escrita”.

Essa afirmação é algo que merece uma reflexão. Seria possível a humanidade ter o desenvolvimento que hoje há – como Medicina, tecnologia, cultura, transporte, educação – caso não houvesse a escrita? Bem, dizer que sim seria uma resposta impensada e fora de uma possibilidade real. O homem não teria e não existiria, tal qual hoje, se os escritos, em seus inúmeros meios e suportes criados no passar da História, não fossem como o são, pois é “principalmente a partir do registro escrito que se recompõe a forma de vida de um povo em uma determinada época” (Barbosa, 1990, p. 34), ou seja, os desenvolvimentos das formas escritas marcaram significativamente a humanidade na passagem das épocas.

É interessante elevar alguns pontos importantes e lembrarmos que o homem, através dos tempos, vem buscando comunicar-se com gestos, expressões e com a fala. A escrita tem origem justamente no momento em que ele aprende a comunicar seus pensamentos e sentimentos por meio de signos que sejam compreensíveis pela comunidade da qual faz parte e que esse sistema funcione convencionalmente como forma de comunicação.

Por esse motivo, podemos dizer, e com uma boa segurança, que a pintura foi o antecedente, o ancestral da escrita. “A pintura, o desenho, passam a ser utilizados como símbolos, como auxílio para identificar uma pessoa ou objeto” (Barbosa, 1990, p. 34). Esta é uma etapa considerada descritiva que, posteriormente, evolui para uma etapa mnemônica ou representativa, ou seja, o mesmo desenho representava sempre o mesmo objeto ou ser para todos aqueles que tinham compreensão desse sistema representativo.

Logo após surge a logografia: um desenho do “sol”, por exemplo, significa o próprio sol, mas também pode ser “brilhante”, “branco”, “claro”, “dia”. A idêntica representação se apropria de significados associados, ainda que não ligados ao oral, à fala, ao idioma. São justamente os sumérios que dão o passo decisivo para o desenvolvimento da escrita, pois a escrita ideográfica, composta de sinais que representam ideias e não palavras, surge. Daí, mais um excepcional passo é moldado: a escrita logográfica evolui para a cuneiforme, passando a representar os nomes por desenhos dos sons desses nomes.<sup>2</sup> Dessa forma, o signo torna-se palavra e a escrita vincula-se à língua oral. Não é por menos que a Suméria é tida como o berço da escrita.

## A escrita: características e necessidades

A frase “nada é feito por acaso” não existe por acaso. E a escrita é uma prova viva disso. A necessidade historicamente determinada fez que o homem inventasse meios mais e mais desenvolvidos de representar o que queria trans-

<sup>2</sup> Por exemplo: a palavra discórdia, que antes era representada por duas mulheres brigando (representação ideografia da ideia), passa a ser representada por uma mulher e uma corda e, finalmente, por um disco e uma corda (disco+corda), ligando-se à expressão fonética. O desenho é dos sons; a representação passa a ser dos sons e não mais do significado (Barbosa, 1990, p. 35).

mitir, tanto no que tange à linguagem quanto aos símbolos. A escrita foi buscada sempre numa evolução do mais complicado ao mais simples, pois isso provocaria simplificação, economia e agilidade.

Nesse percurso histórico, é muito interessante conhecer as condições de realização da escrita. Na Idade Média, inúmeros documentos foram destruídos para que os papiros pudessem ser aproveitados para construção de novos escritos. Nessa época, os copistas eram os responsáveis pela preservação dos documentos. Isso se fazia copiando, transcrevendo. Os escritos mais importantes eram postos nas bibliotecas, porém sem espaço para os que eram considerados leigos, pois estavam sempre sob o domínio da Igreja.

Um novo suporte material para a escrita – o papel – vem para contribuir decisivamente ao desenvolvimento da questão. “As primeiras fábricas de papel na Europa foram fundadas pelos mulçumanos, na Espanha, Sicília e, posteriormente, Itália” (Barbosa, 1990, p. 38), mas isso só foi possível com o que os chineses ensinaram, pois foram estes quem inventaram o suporte. Até então, as impressões eram feitas, na sua maioria, sobre pranchas ou blocos fixos de madeira, metal ou pedra.

Com Gutenberg, o inventor da tipografia, é que o pulo ocorre de uma forma impressionante. A imprensa agora se faz presente na humanidade. Fabricar e escrever muitos impressos estava bem mais simples e rápido. Com a impressão tornou-se possível a disseminação e conservação da cultura por meio da escrita.

Esse domínio, essa apreensão da escrita, sempre foi e será associado ao desenvolvimento político-cultural de um povo. Vemos isso nos países mais desenvolvidos, onde o número de analfabetos é bem baixo, pois a grande parte da população tem acesso à escrita e aos bens que são produzidos na sociedade. As culturas mais ricas preocupam-se em oferecer educação de qualidade ao seu povo, pois isso é um indício de que a força do país irá se perpetuar por várias gerações. Infelizmente, em nosso país ocorre o contrário: oferece-se educação precária, pois não há muito interesse em formar cidadãos críticos.



A língua e seus símbolos, dentre eles, e talvez o mais importante, a escrita, são características que formam um povo, caracterizam-no, educam-no e imprimem, juntamente com o contexto social, a História de dominação e dominados da humanidade. Produzir a escrita sempre se fez necessário, para que aqueles que detêm o poder possam dominar melhor as massas e, para estas, também é importante conhecê-la, mas não dominá-la muito, pois seria “perigoso” demais para quem comanda.

## Leitura e modalidades na história

A leitura, na Antiguidade, tinha muita relação com o ouvir, pois a tradição oral ainda imperava. Quando se falava em leitura, estava também falando na oralidade. O ato de ler tinha de ser em voz alta. Era preciso escutar o que se falava, pois ainda não havia a ideia de dissociar a leitura do oral. Apenas com o passar do tempo e a abertura do livro, é que o ler em silêncio, para reflexão, foi começando a inicializar.

Como prova dessa oralidade atrelada à leitura podemos exemplificar as cabanas de som que eram reservadas à leitura, as quais funcionavam logo ao lado do local – *scriptorium* – onde os monges transcreviam e copiavam os escritos. Ali, o leitor, isolado, poderia ler o texto pronunciando em voz alta para captar cada palavra assimilada pelo olho.

É importante frisar que, além da cultura do oral, os escritos não eram normatizados; havia poucos espaços – ou falta de espaços – entre as palavras, escrevia-se conforme se falava, não existia pontuação, a letra gótica dificultava a leitura, e tudo isso fazia com que o leitor falasse alto as palavras para que a compreensão pudesse realmente existir. Não era fácil ser leitor, pois o exercício, durante anos, era obrigatório para entender o que se lia.

O fato é que o mundo se movia também fora dos muros dos monastérios. A Igreja perde progressivamente o monopólio do ensino. A educação vai se tornando um assunto laico e particular. A escrita começa, assim, a abandonar a

clandestinidade e marginalidade dos mosteiros medievais e ganha gradativamente o mundo profano. As cidades surgem, o crescimento demográfico cresce, como também o artesanato, o comércio, a universidade.

Nas universidades, o ensino, antes exclusivamente oral, ganha um aliado: o livro, que se torna o instrumento de trabalho do professor. Como o livro era muito restrito, o professor apela para o recurso didático que deixa de herança para as gerações futuras: o ditado. Desse modo, professores e estudantes eram editores de seus livros, prática que foi sendo abandonada à medida que a produção livreira era estimulada.

O livro foi, durante muito tempo, o único suporte material do impresso e seu preço era elevado; como havia poucos livros, era comum o leitor ler uma obra desde a primeira linha da primeira página até a última linha da última página. O leitor realizava uma leitura integral. Até o final do século 18, os livros eram muito diferentes do que são hoje, e o prazer do leitor não se limitava apenas ao texto: havia um prazer estético, ligado ao aspecto gráfico, pois os livros eram feitos artesanalmente e, mediante o aspecto gráfico, cada artesão exprimia sua arte, cada exemplar tinha características próprias, cada folha era produzida individualmente. Os livros eram produzidos como uma obra, uma arquitetura, pura arte.

O mundo, nessa época, tende a precisar mais e mais de pessoas não leigas, pois o “desenvolvimento econômico-social, o crescimento demográfico e a concentração urbana aparecem sempre entrelaçados com as necessidades de educação” (Barbosa, 1990, p. 102). Percebemos que a “discriminação cultural” vai ganhando mais forma – o analfabetismo é considerado como algo que torna o homem um ser economicamente desadaptado. A herança dessa discriminação é vista nos dias de hoje; aquele que não tem cultura fica descontextualizado e fora do conforto social, de uma vida melhor e de uma ascensão que sua família poderia ter.

Na realidade, embora não tenhamos uma educação digna em nosso meio, ela ainda é uma das poucas portas para, dentro da legalidade e da honestidade, se conseguir algum progresso social e adquirir melhores condições de alimentação, moradia, segurança e cultura. Essa herança de leitura e de escrita – as modalidades –, nada mais é do que a raiz de todas nossas pedras educacionais. Como já dito, há extrema necessidade de transformar o ensino para que as pessoas não sejam privadas de um conhecimento, no mínimo, básico.

## A leitura, o sagrado e a escolarização

Inegável os transtornos e os problemas que foram causados também à educação e ao ensino, no decorrer dos séculos, pela Igreja Católica; todavia, mesmo parecendo algo paradoxal, há de se compreender a contribuição dela para o desenvolvimento educacional do ocidente.

Pode-se dizer que as casas paroquiais – juntamente com o catecismo – foram os primeiros recintos realmente mais próximos da sala de aula. Lá era o ambiente onde muitas crianças iniciavam sua vida na leitura e, posteriormente, na escrita, sempre de cunho religioso, eclesialístico. Durante muito tempo a Igreja conviveu harmoniosamente com uma sociedade iletrada, de tradição oral. Isso iria mudar com Lutero – Reforma – pois é ele quem “torna obrigatório o que Gutenberg tinha possibilitado, suscitando maior interesse pela leitura ao difundir que todos deveriam ter acesso à palavra de Deus” (Barbosa, 1990, p. 103).

É por meio dos impressos que Lutero produzia, em sua tipografia, que a escrita ganha força e espalha-se entre as sociedades. Reflexo disso é que em apenas quatro anos, de 1517 a 1520, foram vendidos mais de 300.000 exemplares de 30 de suas publicações. Como diz Barbosa, “A história da alfabetização em massa talvez encontre suas raízes no embate que se estabelece nesses séculos, entre heréticos e a Contra-Reforma” (1990, p. 103), ou seja, o sagrado, e poucos têm ideia disso, foi a base do que hoje conhecemos como processo de ensino da leitura e da escrita.

O certo é que seis mil anos já haviam transcorrido desde o aparecimento da escrita, e, infelizmente, o monopólio do domínio da alfabetização ainda estava entre poucos, pois 90% da população mundial ainda não tinham qualquer acesso a esse tipo de cultura. Isso só vai ser visto como situação crítica quando a sociedade começa a passar por um momento de desenvolvimento econômico-social e tecnológico em que o saber ler e escrever transforma-se numa extrema necessidade.

A nova ordem é atender às exigências do ideário liberal-democrático. A economia começa a solicitar urgentemente pessoas alfabetizadas, e isso não era tarefa que carecia de muito empenho, investimento e dificuldades. Havia um sério receio de que, ao saber ler e escrever, o trabalhador manual abandonasse suas obrigações em busca de vida melhor, e isso fazia os dominantes perder sua base sustentatória. Não sabendo ler, o trabalhador não teria acesso ao conhecimento, e, dessa forma, não atrapalhava.

Tudo indica que as ordens temporais não desconstruíram esse princípio. Na sociedade atual é exatamente isso que ocorre: é preciso o trabalhador ter acesso apenas ao que é extremamente básico; ele não precisaria absorver um domínio maior do conhecimento, pois isso pode *perturbar* as regras financeiro-econômicas do patrão. O tempo passa, mas o neoliberalismo ainda engole aquele que não detém uma forma mais crítico-financeira de viver e de pensar social.

## Considerações Finais

O mundo encontra-se inundado pela escrita, pela leitura, pela educação. Vivemos hoje em uma civilização que explode informação, acumula conhecimento e progresso. Para chegarmos a esse ponto, porém, há muito da História a se descobrir. Não são pequenas pinceladas, como as que aqui estão impressas, que trazem à tona todos os momentos diacrônicos ocorridos na corrida por uma cultura tão presente na atualidade.

Alfabetizar, escrever e ler, sempre foram – há dúvidas se ainda não o são – privilégios de poucos. Os financeiramente fortes, a Igreja, os detentores de domínio, que observamos no decorrer dos séculos, tomavam para si esse conhecimento e monopolizavam toda forma de difusão dos princípios de alfabetização. Isso produziu heranças, não tão boas, que é fácil de enxergar na época da qual fazemos parte.

A hipocrisia de falar que a educação é “para todos” ganha muita consistência na mídia e na propaganda dos governantes. Sabemos, porém, que isso é puro *merchandising*, pois o que realmente há são os votos em disputa, e é preciso produzir números e edificar um sistema educacional que funcione. A coisa ocorre de uma forma bem-diferente dessa que é propagada na massa.

Nossa educação – a educação de boa qualidade, saber de fato ler e escrever – ainda está à disposição dos que detêm o poder financeiro nas mãos. As melhores escolas, os melhores professores, os melhores sistemas, os melhores empregos, são para os que podem pagar por isso; até as universidades federais, consideradas públicas, principalmente nos cursos de mais prestígio, são preenchidas por alunos que saíram de escolas e cursinhos inviáveis aos de baixa renda. A população de baixo poder financeiro sofre com a castração que lhe é imposta quando o assunto é educar.

A não tão feliz História da civilização, em se tratando de leitura, escrita e alfabetização – como alguns pontos anteriormente já referidos –, deveria ser vista como exemplo para modificação de muitas atitudes dos dominantes; parece, no entanto, pelo menos é o que fica exposto, que todos os problemas que as sociedades anteriores à nossa passaram, serviram apenas para fabricar história em livros.

A situação de desigualdade sociocultural que a privação do alfabetizar, do ler e do escrever produziu durante os séculos não é revista, e serve apenas para perpetuar o pensamento de que quem possui mais bens e riquezas são “donos” do saber, e os que não detêm esse poderio ficam na fila de espera aguardando o próprio esforço transformar-se em uma pequena ascensão sociocultural.

## Referências

- BARBOSA, José Juvêncio. *Alfabetização e leitura*. São Paulo: Cortez, 1990.
- BARBOSA DA SILVA, Mírian. *Leitura, ortografia e fonologia*. São Paulo: Ática, 1981.
- FRANCHI, Eglê P. *Pedagogia da alfabetização: da oralidade à escrita*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- MAGALHÃES, Naiara. Conhecer a história dos métodos de ensino para alfabetizar no presente. In: *Letra A – O jornal do alfabetizador*, Belo Horizonte, 2005.
- MOLLICA, M. C. *A influência da fala na alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- MORTATTI, Maria Rosário Longo. *História dos métodos de alfabetização do Brasil*. Seminário “Alfabetização e Letramento em Debate”. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 27/4/2006. (Artigo).
- ROJO, R. *Alfabetização e letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.
- SARAIVA, Juracy Assmann (Org.). *Literatura e alfabetização: do plano do choro ao plano da ação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor. *Princípios do sistema alfabético do português do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SCLIAR-CABRAL, L. *Guia prático de alfabetização*. São Paulo: Contexto, 2003.
- TFOUNI, Leda V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.

Recebido em: 21/11/2012

Aceito em: 3/8/2013